

TRABALHADORES NAS ÁREAS DE CASTANHAIS DO TOCANTINS*

Marília Ferreira EMMI
Rosa ACEVEDO MARIN
Departamento de Ciências Socio-Políticas e NAEA da UFPA.

RESUMO: Estudo sobre a possibilidade de recomposição da estrutura produtiva da castanha-do-Pará na área do Tocantins, dentro de moldes econômicos, sociais e ecológicos determinados por novos condicionantes entre os quais a queda da produção castanheira. Trata-se de uma reflexão sobre a situação dos ocupantes de castanhais, suas experiências associativistas, examinando as sucessivas mudanças em suas condições de vida que os transformaram de coletores de castanha a posseiros e assentados. A ação/omissão do Estado é analisada como um componente determinante da atual situação de caos registrada nos castanhais do Tocantins.

PALAVRAS-CHAVE: castanheiros, posseiros, assentamento, sindicato rural, castanhais, meio-ambiente.

LABORERS IN THE BRAZIL NUT GATHERING AREA OF THE TOCANTINS REGION

ABSTRACT: A study considers the possibility of refurbishing the productive structure of the Brazil nut industry in the Tocantins region, within the economic, social, and ecological framework, determined by novel circumstances resulting from physical diminution of this natural resource. Successive changes in the living conditions of laborers working in these areas are examined, which, in effects, transformed these people from harvesters to squatters and settlers. In addition, an analysis is made of the negligence on the part of the State as one determining component behind the chaotic situation rife within this Brazil nut producing region.

KEY WORDS: Brazil nut trees, squatters, settlers, rural unions, Brazil nut region, natural environment.

* Estas reflexões estão sendo desenvolvidas no âmbito da Pesquisa "Assentamento de posseiros em áreas de castanhais do Tocantins".

Trabalho apresentado no VII Encontro Regional do Grupo Amazônia do PIPSA - Belém, novembro de 1990.

A economia da castanha articula, em diversas fases do seu desenvolvimento, as formas de realização do trabalho e de existência do trabalhador que melhor combinam com os fins de valorização do gênero. As formas primitivas e livres de coleta e utilização foram gradativa e crescentemente substituídas pelo trabalho do coletor sob controle do comerciante, do arrendatário, do foreiro ou proprietário do castanhal.

O espaço social do castanhal e seus esquemas de divisão interna do trabalho conferiam à figura do coletor (o castanheiro) o papel principal na produção, e de forma fragmentada articulava-o àquelas categorias de trabalhadores dedicados à limpeza (lavador), ao transporte (tropeiro, barqueiro), à pesagem (o medidor, o encarregado), cada um deles geralmente marcados pelo confronto individual com o "patrão" ou "dono" do castanhal.

Como foi a existência desse trabalhador - o castanheiro - e que mudanças ocorridas nas áreas de castanhais do sul/sudeste do Pará influenciam as novas práticas e formas de existência social desses grupos? Em outras palavras, que conteúdos e percepções são necessários para examinar os trabalhadores, nas áreas de castanhais, suas propostas, suas experiências organizativas e lutas que os distanciam, radicalmente, da geração de coletores nascida no auge da economia castanheira e do domínio oligárquico na região?

A pretensão do presente trabalho é penetrar em questões atuais sobre a possibilidade de recomposição dessa estrutura produtiva, evidentemente dentro de moldes econômicos, sociais e inclusive ecológicos determinados por novos condicionantes, um deles a menor ocorrência dessa riqueza natural.

Sabe-se que, na atualidade, vários projetos

baseiam-se na idéia de recomposição de atividades combinadas - coleta e agricultura, prática que reproduz antigas estruturas da economia camponesa regional voltada para o uso e exploração desse ambiente. Entretanto, hoje, interroga-se sobre a viabilidade econômico-social dessa proposta. O presente artigo propõe-se desenvolver na perspectiva de mudanças que atingiram o trabalhador dos castanhais, quais as condições para reassumir a exploração dessas terras - de riqueza antes abundantes - sobretudo nas atuais circunstâncias fitológicas, econômicas e fundiárias. Questão que se enquadra de um lado, no que se caracterizou como decadência da economia castanheira e perda de hegemonia da oligarquia local, e de outro, leva ao enfoque dos trabalhadores, o que representa examinar os entraves e desafios de propostas do tipo "assentamentos", que produto da conquista da terra lhes abrem espaço para manterem-se agricultores inserirem-se na coleta da castanha, encontrando, nessa associação, materiais que garantam suas autonomias como camponeses. Nem sempre no interior das áreas distribuídas - pequenas e divididas - é possível empreender a coleta dos frutos e constituir-se essa atividade em meio de vida. O outrora castanheiro - reproduzido no seio da dominação do capital mercantil e atrelado ao poder oligárquico - deixou de existir socialmente. Hoje os trabalhadores representam um grupo heterogêneo em termos de interesses e situações no interior dessa economia e sociedade, e são nessas perspectivas de transformações que se pode alinhar uma discussão sobre suas particularidades.

DE CASTANHEIROS A POSSEIROS E ASSENTADOS...

A persistência de instrumentos de trabalho,

técnicas de coleta na extração da castanha utilizados comumente na década de 50 diz pouco respeito às formas sociais que vigoravam naquela época e as que regem as relações entre trabalhador da castanha/"dono" de castanhal no presente. Da mesma maneira as relações do trabalhador com a terra e entre si experimentaram alterações substanciais. O ex-castanheiro PINHEIRO (1988) reconstrói a identidade social dos castanheiros estabelecida sobre sua forma de participação na coleta: "...o castanheiro é esse que vai entrar na mata em maio ou janeiro, fevereiro, março, abril. Ele tem quatro meses para trabalhar a safra, ...aí entra o catador. O catador vai entrar na mesma colocação que eu saí (eu fui um castanheiro grosso)". O indicador dessa diferença de "profissão" estabelece-se pela relação com o patrão e entre os trabalhadores: "não tem sociação, é cada qual trabalha por si, o que acontece é que nós estamos trabalhando tudo para aquele patrão. O grosso nós vende para o patrão, quando o patrão é responsável pelo grosso". Onde o segundo aparentemente é descompromissado: "O catador vende para o patrão, também aquela catação é para o patrão, agora não temos associação de castanha, nós temos compromisso a fazer aquele serviço", compromisso esse resultado de relações de endividamento.

Ocasionalmente o castanheiro "trabalhava como sócio", como companheiro, e dificilmente venciam a barreira do controle e da individualização para "ser contra o patrão" e enfrentar a violência institucionalizada sob seu mando pelo pistoleiro. "Naquela época que eu cheguei em Marabá, 1952, ...não existia uma lei... a lei não está como a gente pensa...o patrão tinha direito em uma légua de castanhal de terra e onde eles pegavam até 50 léguas de castanhais". Nem direito à terra, nem meio de con-

fronto organizado...A questão era fugir, mudar de patrão quando podia escapar ao sistema de dívida que lhe deixava exposto a uma transferência de patrão estabelecida pelo novo mandante. "Quando no outro ano você já não queria mais aquele patrão, já o patrão lhe chamava se fosse um bom castanheiro, fizesse uma boa safra desse uma boa produção. Quando o patrão lhe chamava 'então o senhor ainda vai trabalhar com seu fulano de tal, seu Dionor?' Oferecia uma quantia e na metade da safra fazia um balanço negativo ao castanheiro, e endividava-se com um novo patrão".

No vale do Tocantins, e em especial na região de Marabá, iniciaram-se, na década de 60, alterações profundas na estrutura produtiva deixando de ser a terra dos castanhais, para ficar mais conhecida pela nova destinação: formação de pastagens, extração de minerais, implantação de núcleos coloniais; mudanças inseridas num quadro mais amplo de transformações econômicas ocorridas na Amazônia. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São João do Araguaia, BARROS (1987) depõe sobre a conversão de castanhais em fazendas que excluí o castanheiro desse novo universo econômico: "Com o decorrer do tempo, foram aparecendo interesses. Marabá foi-se desenvolvendo, foram chegando pessoas de outros estados, pessoas já acostumadas pelo sul com grandes empresas agropecuárias, grandes fazendeiros. Começaram a abrir fazendas, pequenas fazendas, lá dentro dos castanhais, segundo eles para abrigar os animais que arriariam a castanha até a beira dos igarapés. Depois passaram a levar gado para dentro dessas fazendas. Aí os próprios bancos começaram a dar dinheiro para investimento em agropecuária. E, com isso, os castanheiros foram canalizando a maneira de utilizar o castanhal em outra

direção...Por volta de 1966, já havia grande influência da agropecuária, com fazendas e muito gado onde era castanhal".

A década de 70 marcou a transformação dos aforamentos castanheiros em fazendas, ou a convivência do extrativismo com a pecuária, com crescente predominância desta última.

Segundo dados do IBGE, o rebanho bovino de Marabá e São João do Araguaia, que em 1960 perfazia 28.397 cabeças, passou para 57.439 em 1970 e em 1980 teve esse número elevado para 296.618 cabeças, significando um aumento de cerca de 500% nos últimos 10 anos. Pelo menos 36 aforamentos, em fins dos anos 70, tinham na pecuária sua atividade principal, implicando na substituição de milhares de castanheiras por hectares de pastos. A produção castanheira, que de 15.338 toneladas em 1978, caiu progressivamente para 7.000 toneladas em 1986 reflete esse processo. Daí decorre a perda do peso na balança comercial - até 1979 a castanha ocupava o primeiro lugar na pauta de exportação do Pará, já em 1981 apareceu em sétimo lugar - o oligarca da castanha passa a partilhar com os fazendeiros do centro-sul a atividade pecuária da região.

A intenção e/ou propósito concentracionista do "dono de castanhal", em casos frequentes travestido de "fazendeiro", foi freída em diversos momentos. As chamadas sobras de terras e as matas virgens foram progressivamente ocupadas por ex-castanheiros, migrantes sem terra, no movimento que sustenta a expansão camponesa. O posseiro organiza a estratégia coletiva de romper com a ordem do latifúndio numa posição ofensiva/defensiva, para permanecer nas posses conquistadas (COLARES, 1988). A vivência do castanheiro, do catador, do juqueiro somou-se a iniciativa das famílias vindas do nordes-

te, do centro/sul, para desbravar a floresta, defender as trincheiras. O objetivo dessa ocupação não era dar continuidade ao extrativismo da castanha. E esse é um ponto importante para compreender a ruptura com o padrão de ocupação econômica até então vigente. Se os antigos aforamentos passavam a ser utilizados para plantar capim, quebrando a organização pré-existente, se o conflito pela posse da terra entre posseiros e "proprietários" não podia permitir o revigoramento das relações anteriores, e se os posseiros vigilavam pela sua condição de "lavradores da terra" - ocupação encontrada na trajetória da maioria dos migrantes - dificilmente podia o extrativismo da castanha recuperar sua posição, tanto mais que a lógica da natureza ou a capacidade de reprodução da espécie havia sido inibida pelas derrubadas e queimadas. A armadilha da oligarquia para resultar vencedora nessa guerra foi propor o chamado "Polígono Castanheiro do Tocantins", com menos castanheiras e menos castanhas após a descoberta da sua vocação pecuária. Havia sido aberta uma brecha.

O "Polígono dos Castanhais" circunscreveu o espaço do conflito entre "proprietários" e posseiros. O povoado, a trincheira, a roça e o sindicato foram para o posseiro o lugar de elaborar, aprender e praticar formas de participação, de adotar objetivos e controlar as novas ações coletivamente (HÉBETTE, 1988). A fase da existência individualizada do castanheiro não tinha correspondência com a nova necessidade imediata de cooperação para entrar no confronto.

A outra história dos posseiros cruza esses momentos da luta pela terra com ensaio e erro de novas praxis, de ir ao encontro de uma existência e consciência coletiva. Parte importante dessas

ações, desde então, passam pelo movimento sindical. Como o sindicato percebeu o novo momento de proposta de Reforma Agrária localizada e as medidas que as secundaram na prática de assentamento de famílias nos castanhais ocupados e posteriormente desapropriados para esse fim?

O encaminhamento legal, em 1986/87 pelo sindicato de São João do Araguaia, diante do extinto Grupo Especial de Terras do Araguaia - Tocantins (GETAT) de 34 processos de desapropriação de áreas de castanhais efetivamente ocupadas, formaliza uma visão dos trabalhadores e suas novas demandas políticas. A reação no interior do Grupo de Trabalho, incumbido de estudar a questão dos castanhais e onde estavam majoritariamente representados os interesses latifundiários, não foi de aceitação à proposta do sindicato, terminando por uma concordância forçada. Entretanto, o protocolo, assinado pelas partes como tarefa conclusiva do Grupo de Trabalho, no qual se assegurava aos posseiros direitos sobre as terras efetivamente ocupadas, terminou não tendo efeito prático. Em fevereiro de 1987 a Delegacia Regional do MIRAD/Pa enviou ao Ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário uma Exposição de Motivos contendo propostas de "composição amigável" defendidas pelos foreiros dos castanhais.

Numa alteração de rumos da solução apresentada, a proposta de desapropriação foi substituída pelas aquisições de castanhais autorizadas pelo MIRAD em abril/maio de 1988. Elas abrangiam 61 castanhais totalizando 235.011 ha.

O DESTINO DOS CASTANHAIS ADQUIRIDOS: ASSENTAMENTO, REGULARIZAÇÃO DE OCUPAÇÕES, ESTABELECIMENTO DO CAOS

Pensados como respostas às demandas dos pos-

seiros envolvidos nas disputas pelas terras de castanhais, os anunciados assentamentos nas áreas recém-adquiridas pelo MIRAD, em 99% casos, simplesmente não aconteceram.

Algumas providências tomadas pelo MIRAD/INCRA estão longe de configurar uma vontade (política) de implementar um plano de distribuição de terra, alocando e dando condições para que as famílias permanecessem em seus lotes, neles trabalhassem, conseguissem produzir e reproduzir-se como camponeses.

O que foi feito nos 61 castanhais adquiridos? O INCRA limitou-se a fazer vistorias em 50 deles, anotando o número de ocupantes e estipulando uma capacidade de ocupação pela simples divisão aritmética do tamanho da área pelo módulo de 50 hectares. Critério puramente burocrático que não levou em conta a diversidade das terras ocupadas quanto a maior ou menor incidência de produtos extrativos, maior ou menor grau de abertura da mata, e as dificuldades de acesso às vias de comunicação. Além disso, foi feito em Marabá, na Delegacia do MIRAD, um cadastramento de "pessoas interessadas" em ocupar lotes, sem critérios previamente estabelecidos que permitissem selecionar os verdadeiros clientes da "Reforma Agrária". Após essas providências iniciais, o INCRA elaborou cinco projetos de assentamento englobando 23 castanhais, com superfície total de 94.744 ha. Na época da vistoria havia aproximadamente 4.000 famílias residindo nesse espaço. Hoje, devido à intensa e desordenada corrida para a ocupação dessas áreas, estima-se que esse número esteja duplicado, em alguns casos triplicado. Serve como exemplo a situação dos Castanhais "Boca do Cardoso", "Lagedo" e "Pimenteira", que juntos perfazem 15.549 hectares. No momento da vistoria não havia ocupação permanente nessas terras, as tenta-

tivas de penetração eram reprimidas pelo proprietário. Esses castanhais sequer tinham sido incluídos pelo sindicato na lista de castanhais a serem desapropriados. Em maio de 1990, o Ministério da Agricultura e Reforma Agrária estimou 1.800 famílias ocupando a área e já em agosto o Sindicato de Parauapebas informa existirem no local mais de 2.000 famílias.

Conforme afirmamos anteriormente as providências do poder público quanto à destinação desses castanhais terminaram no cadastramento. Nenhum recurso foi destinado para os cinco projetos, que nem sequer foram implementados. Nenhuma obra de infra-estrutura foi realizada, a ocupação e partilha dos lotes foi feita por quem primeiro chegava à terra; percebeu-se que os ocupantes dividiram, quando possível, em lotes de 50 ha, talvez esperando futura regularização.

Essa nova situação criada nas áreas de castanhais mostra, à primeira vista, que a conquista da terra - motivação maior das lutas dos posseiros nas décadas anteriores - parece ter sido alcançada. Entretanto, é necessário que a análise contemple os vários ângulos dessa nova situação e esclareça e conteste afirmações repetidas do tipo:

- 1) **os trabalhadores tem a terra.** Esta assertiva não é válida para todos os sem-terra do Tocantins, uma vez que há um limite no parcelamento dessas áreas, limite que se não for considerado inviabiliza a economia camponesa. Lotes diminutos de 20, 15, 10 ou menos hectares não podem assegurar a permanência de uma família;
- 2) **os posseiros são hoje "assentados" com um título que lhes dê garantia contra a instabilidade e insegurança que viviam em uma**

situação anterior. Isso não corresponde à realidade, os trabalhadores estão na terra sem nenhuma garantia de que poderão permanecer. Não lhes foi destinado sequer o título de "concessão de direito real de uso" conforme foi anunciado pelo MIRAD;

- 3) **os trabalhadores têm condições de produzir e não têm mais necessidade de transacionarem seus lotes.** As condições de abandono, motivadas pela indiferença da burocracia estatal frente aos problemas agrários, descredita essa afirmação e já se encontram casos de abandono e mesmo de transação de lotes;
- 4) **há possibilidades que nas terras dos castanhais adquiridos se continue o extrativismo da castanha.** Essa afirmação é problemática. O parcelamento dos castanhais em lotes de 50 ha constituirá, por certo, um entrave para o desenvolvimento de uma atividade que, por suas peculiaridades, exige um trabalho coletivo em áreas contínuas. Um outro fator que pesa negativamente é a heterogeneidade atual dos ocupantes (agricultores, peões, fazendeiros pequenos e médios) e a pouca perspectiva da continuidade do modelo extrativo tradicional.

Do ponto de vista do trabalhador o momento atual indica a passagem de uma **ocupação reprimida**, com violência expressa e declarada por parte dos antigos donos ou pretensos donos de castanhais, para uma situação de **ocupação consentida** na qual o Estado volta a ser o detentor da terra, e por isso é mais visível para os trabalhadores, os prejuízos decorrentes da omissão estatal, que dificultando-lhes as condições necessárias para permanecer na

terra, obstaculizam o desenvolvimento de um verdadeiro projeto camponês nos castanhais.

Os problemas decorrentes dessa nova situação sugerem, cada vez mais, a necessidade de fortalecimento da organização sindical, para canalizar as demandas dos trabalhadores e conseguir que no caos instalado nos castanhais, alguns ganhos possam ser contabilizados para os trabalhadores. Percebe-se que a atuação dos sindicatos nas terras de ocupação recente tem sido no sentido de impedir a venda dos lotes, de aproveitamento da madeira e da castanha, de buscar saída para o escoamento da produção, nas terras de ocupação mais antiga exercer algum controle sobre os que buscam os lotes para ocupar, dificultando o acesso a quem não é considerado pelo sindicato, cliente da Reforma Agrária.

Assim, a atuação dos sindicatos dos trabalhadores rurais em áreas de castanhais prioriza: primeiro, as ocupações/assentamentos propriamente ditos; segundo, a preocupação de informar e estudar estratégias do agir coletivo.

Tomaremos o assentamento do "Araras" como referência da primeira e o recente encontro de sindicatos em Parauapebas para ilustrar a segunda atuação.

O assentamento do "Araras" - o único até hoje implementado em áreas de castanhais - constituiu uma resposta às demandas de 95 famílias de posseiros que haviam sido irregularmente assentadas pelo **GETAT**, em 1980, na reserva indígena "Mãe-Maria". Numa área de 3.600 ha, foram alocadas 92 famílias em lotes de 50 hectares. Não foi pacífico o processo de sua implantação. Desde a escolha e delimitação da área foi produto de pressões junto à **FUNAI**, à Vale do Rio Doce e ao **MIRAD**. Enquanto a burocracia estatal não resolvia o problema, os índios e

posseiros se uniram e, por duas vezes, fecharam a ferrovia de Carajás. A demora para a liberação de recursos para a instalação das famílias resultou no acampamento do grupo na sede do **MIRAD** em Marabá, enquanto o sindicato conduzia a negociação. Em janeiro de 1988 terminou o processo de destinação e ocupação dos lotes.

A infra-estrutura no assentamento é mínima. As estradas dentro do loteamento não foram concluídas. Os assentados contaram com assistência técnica da **EMATER** durante dois primeiros anos. Os trabalhadores associam culturas temporárias e culturas permanentes. Em alguns lotes onde há incidência de castanhais, há coleta de castanha. São muitos os atuais problemas do "Araras". O maior deles é referente à falta de armazenamento e condições de escoar a produção. Esses fatores são acrescidos pela insalubridade da área, onde há alta incidência de malária e ausência de assistência médica. O sindicato vem desenvolvendo um trabalho de conscientizar os trabalhadores para permanecerem em seus lotes, não transacionarem, e impedir que pessoas estranhas ao trabalho camponês passem a ocupar os lotes. Em 1988 foi criada uma Caixa Agrícola, como forma de organização dos assentados para o encaminhamento de questões internas, assim como para o estabelecimento de relações diversas junto a organismos estatais e da sociedade civil.

As organizações de trabalhadores rurais do sul e sudeste do Pará vivem, na atualidade, situações que respondem ao momento político, absorvendo o ônus da fragmentação de forças ocorridas com a transição democrática. Localmente estão perfilando estratégias de ação adaptadas às possibilidades e necessidades de sua movimentação interna. O conflito e a violência que marcam a relação com os fazendeiros continuam a existir. Em

estudos anteriores identificamos cinco castanhais onde ocorreram chacinas em 1985. Procurou-se acompanhar as tramitações encaminhadas pelo sindicato e conferir a resposta dos órgãos fundiários. Em 1986 foram formalizados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de São João do Araguaia três processos de desapropriação. Nos outros dois castanhais os foreiros obtiveram a reintegração de posse, resultando na expulsão de uma centena de famílias. O ano de 1988 foi marcado pelas negociações amigáveis. Delas resultaram a aquisição, pelo MIRAD, dos castanhais "Surubim" e "Fortaleza". O castanhal "Ubá", embora estivesse com processo de desapropriação foi transacionado com a firma ITAMINAS (produtora de ferro-gusa e que o destinaria a fornecer carvão vegetal). Tendo enfrentado problemas, a empresa colocou o castanhal à "disposição" do MIRAD. Hoje a situação permanece indefinida. Dos dois castanhais adquiridos pelo MIRAD, o "Surubim" não foi sequer vistoriado e levantado o número de ocupantes. O "Fortaleza" foi incluído nos projetos de assentamentos sem, até o momento, apresentar qualquer evidência de execução. Entretanto, os três estão ocupados por centenas de famílias que aguardam medidas legais.

A intervenção governamental mantém-se nos moldes que a caracterizaram durante esses anos - desigual e desmobilizadora - com o agravante da omissão premeditada de propostas para o "pequeno produtor" (Ver a política agrícola anunciada pelo governo federal no mês de agosto de 1990). As organizações estão orientando-se para manter a posição defensiva e exigente diante do governo e, por outro lado, situam-se nos linhamentos do preservacionismo - mas uma prática preservacionista contando com suas possibilidades nesse espaço natural e com critérios de

tamanho do lote, de força de trabalho, de tamanho de família - assim passam a vigilar sobre o cumprimento de decisões coletivas. (Ver figura 1)

O encontro "Em busca de alternativa ecológica à exploração agrícola", realizado em abril passado em Parauapebas, inscreve-se nesse objetivo. Representantes de nove sindicatos: Parauapebas, Curionópolis, Ourilândia, São Geraldo do Araguaia, São João do Araguaia, Brejo Grande, Marabá, Itupiranga e Tucuruí discutiram e deliberaram sobre a pauta seguinte: derrubadas e queimadas por pequenos agricultores, modelos de assentamento agrícola na região, áreas de reserva na Região de Carajás, ocupação racional das ilhas do Lago de Tucuruí e legislação ambiental. O item que originou mais polêmica foi o referente ao desmatamento permitido em cada lote. Houve sugestões de que a área possível de desmatamento seria de 5 ha para alguns, ou de 10 e até 15 ha para outros. Após acalorada discussão chegou-se a um consenso, ficando estabelecido que cada família teria permissão para derrubar até 5 ha por ano e a área de reserva fixada em cada lote seria de 25%. Ficou também estabelecida a proibição de derrubadas nas margens e nascentes dos rios e igarapês e a proibição de queimar castanheiras. É importante destacar a prioridade na discussão sobre formas de preservação da mata com limites estabelecidos para derrubada. Experiência semelhante que partisse de fazendeiros, "donos" de castanhais e proprietários de serrarias não é conhecida.

Os Sindicatos de Trabalhadores do sul e sudeste do Pará têm marcado presença em Encontros de Defesa do Meio Ambiente, realizados desde 1988 em Marabá, e promovidos por entidades locais e estaduais (CEPASP, SDDH, UPPA). Há, pois, uma procura e discussão de alternativas no referente a um equilíbrio

ecológico e formas racionais de utilização da floresta que estão inseridas dentro de linhas de trabalho dos sindicatos, das associações e que se incorporam no convívio cotidiano onde é exercido o disciplinamento e controle de ações, priorizando, ainda, questões sobre tecnologias agrícolas, sobre armazenamento, sobre relacionamento com entidades diversas do governo e privadas.

Os grupos de trabalhadores na experiência de luta e de trabalho nas terras de castanhais têm reconhecido com insistência as possibilidades de desenvolver extrativismo e agricultura como demonstrado em depoimentos, documentos, encontros e sobretudo práticas, entretanto o papel do Estado na condução de programas de redistribuição de terras tem sido indefinido e ineficiente; é o descaso dos chamados assentamentos, - confundidos em vários discursos como assentamentos extrativistas - inviabilizados no sentido de permitir o desenvolvimento da economia da castanha entre os camponeses. Como já vimos, o efeito concentracionista da terra foi mantido com as medidas vigentes a partir de 1986, especialmente as desapropriações que deram lugar às negociações amigáveis e aquisições. O poder do latifúndio em terras de castanhais e sua política de sustentação alterou-se em níveis importantes, todavia resulta insuficiente para provocar as transformações demandadas pela situação fundiária e agrária regional, e dessa forma atender aos propósitos econômicos e políticos dos camponeses como grupo organizado. As novas possibilidades de vingar o projeto dos acupantes em áreas de castanhais - considerado como pré-requisito à recomposição e preservação dessa riqueza - encontram-se no quadro político nacional e necessariamente estão sujeitas à retomada da organização e da capacidade dos trabalhadores de

pressionar a ordem política. A conjuntura suporta hipóteses de ressurgimento das organizações menos formais, ao lado do movimento associativo-sindical, que permitirá encaminhar propostas reais e necessárias no campo econômico. Nesse cenário pode encontrar-se o trabalhador dos castanhais, o "castanheiro" que emergirá de uma estratégia socialmente nova, produto de sua prática econômica e política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS**, Almir Ferreira. No rastro dos conflitos agrários, possibilidade de uma guerra civil. Pará agrário, Belém, IDESP, n.2, p. 29-31, jan./jun. 1987.
- COLARES**, José Alberto da Silva. Apenas uma estrela no céu de São João. Belém: NAEA, 1988. Mimeo.
- HÉBETTE**, Jean. A luta sindical em resposta às agressões dos grandes projetos na Amazônia Oriental Brasileira. Belém: NAEA, 1988. Mimeo.
- PINHEIRO**, José Abraão. Vida e exploração nos castanhais do Tocantins. Belém, 1988. (Depoimento). Mimeo.

Aditamentos legais		N. de Ocupantes (7)
1988	1989/90	
-----	-----	-----
Adquirido pelo MIRAD	Nenhuma providência do INCRA	500 Famílias
ITAMINAS desiste da exploração do castanhal e coloca a disposição do MIRAD (3)	Situação Indefinida (4)	160 Famílias
Adquirido pelo MIRAD	Vistoriado pelo INCRA. Projeto de Assentamento não executado (5)	150 Famílias (6)
	Está ocupado	+ - 200 Famílias

s com a fuga do titular do castanhal – foragido da Justiça – os posseiros reativaram a ocupação, cial.

um direitos de posse (mais de dois anos) e ainda um grupo de famílias com mais de 10 anos. Em erbaís que depois foram incorretamente redigidas e apresentadas como laudo de vistoria, entre- do várias cabeças de gado. Correspondem a um grupo diferente dos clientes da reforma agrária

onde foram registrados maior número de mortos

Nome do Castanhal	Área (ha)	Situação Dominial	Família Ocupantes	N. de Mortos em conflitos 1985	Evolução dos procedimentos legais				N. de Ocupantes (7)
					1986	1987	1988	1989/90	
Pau Ferrado	10.800	Título Aloramento	± 100	10	Reintegração de Posse, Expulsão dos Possesiros	---	---	---	---
Surubim	8.800	Título Aloramento	150	8	Processo de desapropriação apresentado pelo STR de São João do Araguaia	---	Adquirido pelo MIRAD	Nenhuma providência do INCRA	500 Famílias
Ubá	4.289	Título Definitivo	120	9	Processo de desapropriação apresentado pelo STR de São João do Araguaia	Vendido para a firma Itaminas (2)	ITAMINAS desiste da exploração do castanhal e coloca a disposição do MIRAD (3)	Situação Indefinida (4)	160 Famílias
Fortaleza	7.200	Título Aloramento	120	12	Processo de desapropriação encaminhado pelo STR de São João do Araguaia	---	Adquirido pelo MIRAD	Vistoriado pelo INCRA, Projeto de Assentamento não executado (5)	150 Famílias (6)
Princesa	7.200	Título Aloramento	9(1)	5	Reintegração de Posse	Reativação da ocupação, mais 50 famílias no castanhal	---	Está ocupado	+ - 200 Famílias

Observações:

1. As nove famílias haviam ocupado as sobras de terra com anuência do INCRA; o foreiro pretendia a área e mandou matar os posseiros. Alguns meses depois com a fuga do titular do castanhal - foragido da Justiça - os posseiros reativaram a ocupação, triplicando o número de famílias.
2. A transação entre o dono do castanhal e a firma COSIPAR (ITAMINAS) não foi concluída, sem ter sido feito o pagamento. A questão está em pendência judicial.
3. A firma COSIPAR desmatou 300 alqueires (1500 ha.) antes de devolver o castanhal ao MIRAD.
4. O STR de São João do Araguaia fez requerimento em julho de 1983, reconfirmando a desapropriação. Nessa oportunidade havia mais de 50 famílias com direitos de posse (mais de dois anos) e ainda um grupo de famílias com mais de 10 anos. Em 1989 o Sindicato deu parecer favorável à desapropriação, sem qualquer resposta do INCRA até o presente.
5. As vistorias na maioria dos casos não se realizaram. Os técnicos do MIRAD organizados em 10 comissões reuniram os posseiros coletando informações verbais que depois foram incorretamente redigidas e apresentadas como laudo de vistoria, entretanto, não havia sido realizada visita nos locais.
6. No castanhal Fortaleza entraram ocupantes médios, dividindo as terras em lotes de mais de 100 ha., destinaram parte importante para área de pasto, tendo várias cabeças de gado. Correspondem a um grupo diferente dos clientes da reforma agrária na região.
7. As informações foram obtidas de estimativas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São João do Araguaia.

FIG. 1 - Áreas de castanhal do sudeste paraense - síntese de conflitos e situações jurídicas de castanhal onde foram registrados maior número de mortos